



AGPTEA

ANO XXVII - Nº 55
Porto Alegre - RS
Edição Bimestral
abril/maio de 1998
Gestão 96/99
IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

DESCASO: PROFESSORES EXCLUÍDOS NO PRIMEIRO ENCONTRO DA SUEPRO

O primeiro Encontro promovido pela Superintendência do Ensino Técnico Profissional do Rio Grande do Sul (Suepro), no dia 12 de março passado, foi dirigido para um público selecionado. No local entraram apenas os 128 diretores de escolas técnicas previamente convidados, que dividiram o reservado espaço com os políticos de ocasião e os tecnocratas do governo do Estado.

A entidade recentemente criada, no dia 9 de fevereiro, com a responsabilidade de adequar a política educacional profissionalizante no Rio Grande do Sul de acordo com a reforma da educação profissional, proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), iniciou as atividades sem pautar a presença dos docentes.

Os professores do ensino profissional - que vivem dia-a-dia nas sucateadas salas de aula - e as entidades representativas do ensino técnico mais uma vez foram

excluídos do processo de parceria educativa e marginalizados na primeira articulação do governo.

Segundo declarações, na imprensa, da Superintendente da Suepro, Zeli Isabel Ambrós, neste encontro, foram ouvidas as primeiras sugestões de mudanças, que deverão variar conforme as capacidades de cada escola.

Analisando as declarações da superintendente o presidente da AGPTEA, Antônio Ilha, disse que implantar modificações sem ouvir os professores, diretores e entidades representativas num grande encontro é andar na contra-mão na história do ensino técnico.

Criticando o caráter "fechado da reunião" o presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola (CBPEA), Luiz Calvete Corrêa, disse que "a Suepro iniciou bem com a iniciativa de promover o primeiro encontro "fechado", com um grupo selecionado e, sem a participação dos professores de ensino

profissional e suas entidades representativas". Ele salientou que desconhecido o temário do Encontro, a categoria, espera que não tenha sido para apresentar o Plano Anual de Trabalho da Suepro, que por força da Lei, deve ser aprovado pelo Conselho de Planejamento, ainda não constituído.

A presidente da União Gaúcha dos Professores Técnicos, Ivone Sartori da Silva, ficou surpresa ao saber pela imprensa do evento. "A iniciativa de fazer um encontro desmerecendo as entidades representativas e os professores é um descaso com o ensino, motivo pelo qual as reformas nunca têm resultados práticos", lembrou.

Assim os assuntos tratados com os diretores foi tão secreto, que ainda, eles não tiveram a coragem de passar para os professores, quem sabe temendo represálias por parte do governo, ou quem sabe as mudanças e as propostas não estão bem claras.

Encontro do ensino agrícola será em Nova Petrópolis

A Escola Cenicista Bom Pastor, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, está preparada para receber os professores de ensino agrícola, que ficarão na Serra gaúcha, de 7 a 9 de maio, debatendo sobre os rumos do ensino rural dentro da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A programação, a rigor inclui a comemoração dos 100 anos da Escola, sede do evento. Também serão tratados os temas mais polêmicos como "O ensino agrícola no atual contexto da política brasileira; A Agri-

cultura, ambiente e filosofia". Por ocasião da licitação dos sócios da AGPTEA irão se realizar as oficinas de Biofertilizantes, Floricultura, Plândio Direto e Profissionalização de Agricultores em integração com as escolas agrícolas.

Na questão Pedagógica serão tratados os temas da Avaliação e da Recuperação dos objetivos.

A presença da Superintendente do Ensino Profissionalizante, Zeli Ambrós, vai esclarecer as dúvidas dos profissionais que vêm atuando na área do ensino agrícola e, que nestes últimos anos, ficou a margem das propostas dos governos que se sucederam.

SEC elimina ensino agrícola do básico

A crise educacional é visível a qualquer brasileiro. No cotidiano vemos nos noticiários que decididamente o governo do Estado do Rio Grande do Sul tem tratado a educação com descaso ao oferecer uma proposta de ensino

voltada para os setores do capitalismo selvagem. A falta de professores nas escolas e o atraso no repasse das verbas para os colégios têm sido uma tônica na vida dos Diretores.

Sem rumo à educa-

ção gaúcha passa por atropelos e decisões sem que ocorram consultas as bases. Na primeira quinzena do mês de março, a 5ª Delegacia de Educação, (DE) sediada em Pelotas, baseada num parecer resolveu extinguir das Es-

colas Estaduais Cassiano do Nascimento e Dom João Braga, daquela cidade, a disciplina de Técnicas Agrícolas.

Isto ocorreu porque o governo, sem prever, fez um chamado aos pais, através da mídia, para que

todos matriculassem os seus filhos, mas não construiu salas de aula.

Assim, com muitos alunos e sem a área disponível para colocar as crianças, o governador, impensadamente, decidiu pelo pior, ao desativar as

salas ambientes onde funcionava as aulas de técnicas Agrícolas. Os professores foram colocados a dar aulas em outras áreas, com se fossem descartáveis. Diante desse quadro o governo não assume a sua responsabilidade.

OPINIÃO

HUMOR

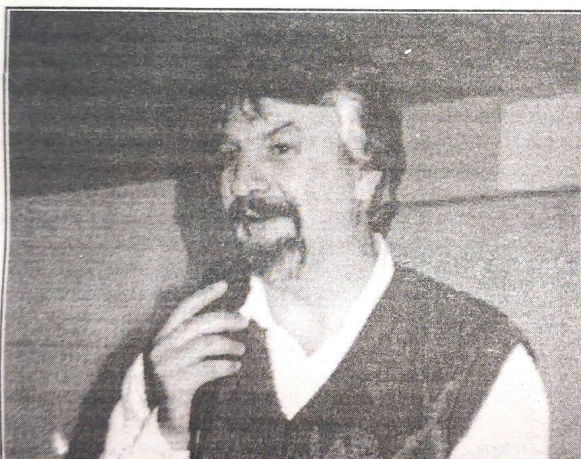
Ad nauseam

CALAMARIA DE ANO-NOVO...



Missão cumprida

Antônio Hélvio



Professor Antônio Hélvio assume direção de uma Escola em POA

Durante o período em que estivemos na frente da luta pelo ensino agrícola, conseguimos promover os três primeiros encontros nacionais (ENEA) de ensino agrícola, quatro encontro estaduais e três SULBRASILEIRO.

Transformamos nosso boletim informativo estadual em um jornal de circulação nacional e por um período de circulação internacional. Fizemos com que nossa Entidade ultrapassasse além fronteiras trazendo palestrantes internacionais para nossos eventos.

Visitamos 50% de nossos educandários agrícolas, promovemos a criação da Confederação Brasileira de Ensino Agrícola (CBPEA) hoje comandada pelo Ilustre Professor Calvete Corrêa. Estivemos presentes em diversos encontro e seminários nacionais levando nossas reivindicações e nossa bandeira de luta para tirar da discriminação o ensino agrário. Conseguimos fazer com que fossem aprovadas leis de interesse de nossa comunidade rural.

Quando assumimos nossa Entidade recebemos do ex-presidente Professor Rudi Saltiel a importância de cinco mil dólares em poupança e uma linha telefônica, e hoje

estamos entregando a direção desta casa com um patrimônio próximo a cinquenta mil dólares ou seja uma sede própria, mobiliada, informatizada e uma associação reconhecida e respeita nacionalmente.

Faltou a realização do primeiro Encontro Latino Americano, que só não foi realizado por falta de apoio e alguns colegas, por razões desconhecidas, nos desmotivaram a efetivação do mesmo.

Assim vamos nos despedindo, face estar na frente da direção de uma escola estadual com aproximadamente mil e quinhentos alunos, tornando-se quase impossível dar encaminhamento a atividades de nossa Associa-

ção.

Iremos continuar na luta pelo engrandecimento e valorização de nossa Entidade, buscando cada vez mais levar a evidência o ensino agrícola, que a partir de agora conta com o meu apoio nos bastidores.

Agradecemos com muito carinho todas aquelas pessoas que de uma maneira ou outra acreditaram em nosso trabalho e nossa dedicação.

Fique todos com grande quebra costela, des-se amigo de sempre!

Muito Obrigado

Antônio Hélvio
Presidente

EDITORIAL

Neste ano de eleições gerais, teremos a oportunidade de escolher com profundidade nossos representantes, pois não podemos nos dar o luxo de continuarmos errando na escolha. Os políticos que aí estão não nos servem, pois estão levando nosso País à bancarrota. Nós professores estamos levando o ônus do arrocho salarial, do desemprego, do desmonte do serviço público e da vendilhagem do patrimônio público estatal.

Os banqueiros estão adorando a atual política e o mais incrível é que nós brasileiros neste início do mês assistimos a ascensão do maior líder de Fernando Collor de Melo, hoje ministro da justiça.

As estatística acusam o maior índice de desemprego de toda a história brasileira e nós só temos uma saída, que é através do voto consciente desbancar todos os politiqueiros.

Como se não bastasse nossa decepção política, estamos assistindo a deterioração de nossa maior floresta, a Amazônia, patrimônio mundial, que além de sofrer com os desmatamentos provocados pelos famigerados madeireiros nacionais e internacionais, vem sendo destruída por um violento incêndio provocado por inescrupulosos que buscam tirar vantagem da tragédia ecológica, certamente para facilitar ainda a extração de minérios naquela rica região.

A indecência se completa, quando assistimos a extinção da disciplina de técnicas agrícolas, que são arrancadas dos currículos escolares, sem nenhuma explicação plausível, como vem correndo em alguns municípios gaúchos, como é o caso as cidade de Pelotas. Parece que produzir alimentos, ensinar a proteger a natureza não tem importância alguma e que encontramos as soluções de nossos problemas nas montadoras multinacionais, que carinhosamente são recebidas com vultosa monta de dinheiro público a sua disposição e a perder de vista.

Professor Antônio Hélvio Ilha
Presidente da AGPTEA

AGPTEA

Associação Gaúcha de Professores
Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada e 02/07/69 - Registrada sob o N° 5418 - CGC 90027848/0001-05
Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Antônio Hélvio de Souza Ilha
Vice-Presidente Administrativo
Nedi Almeida Jacondino
Vice-Presidente Educacional
Anselmo Kuhn
Vice-Presidente Financeiro
Nelmo Malta Gutterres
Secretário Geral
Antônio João Barbosa
Primeiro Secretário
Aldir Antônio Vicente
Tesoureiro Geral
Hilário Luiz Klein
Primeiro Tesoureiro
João Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

Jader dos Santos Souza
Rudi Von Saltiel
Heitor Tomé da Rosa

Suplentes

Bento Cláudio Pereira
Wilson Antônio Arruda
Jane Vieira da Cunha

CONSELHO CONSULTIVO

Luiz Calvete Correa
Inácio Gomes Moreira

Diagramação, editoração e projeto gráfico deste informativo é de Wilson Arruda F° e Letiano Ilha

BASTIDORES

Mais árvores menos ITR

A associação das Empresas de Exploração Florestal distribuiu gratuitamente aos produtores rurais folheto explicativo com orientação sobre como ocupar terras improdutivas com silvicultura.

Esta atividade possibilita a redução do valor da Imposto Territorial Rural (ITR).

Professores leigos

O Ministério da Educação está preparando estratégias para habilitar os professores leigos das redes públicas de ensino. Um projeto de titulação à distância dos docentes em exercício começa a ser elaborado para ser aplicado em janeiro de 1999. Os docentes leigos com 1º grau, mas sem magistério, poderão fazer o curso de 18 meses, de nível médio, nas escolas normais e institutos de formação para serem habilitados para o magistério. O curso terá três módulos.

Retorno

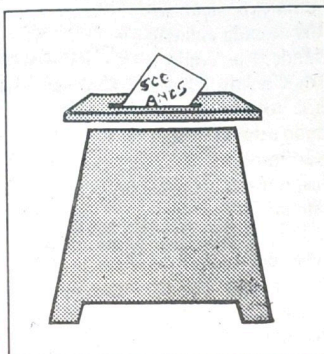
Um grupo de professores do ensino agrícola está convencendo o professor Calvete para se candidatar a presidente da AGPTE. Caso aceite, e venha a ser eleito, o professor retornará ao cargo depois de 30 anos. Atualmente, preside a CBPEA.



Wilson Arruda Fº

500 anos. Comemorar o quê?

Comemorar os 500 anos de um país que está mergulhado no caos, entendendo que não faz sentido. A campanha iniciou com a Rede Globo que certamente vai faturar em cima do miserável povo brasileiro. A saúde pública é uma baderna. Esculhambação danada. Os órgãos públicos são invadidos por qualquer categoria, que julgar estar sendo desrespeitado o seu direito. O funcionalismo federal há quatro anos não recebe aumento salarial e o governo não cumpre as decisões judiciais. O governador Antônio Britto também faz o mesmo



com os professores. sanciona aumento, mas não paga. Isto é, não cumpre a própria lei, que fez. Ficou comprovado que o governo de FHC comprou votos para ver aprovada a Lei da reeleição. A segurança pública da população foi para o bebelê. As verbas para a educação não chegam nas escolas. Por meia dúzia de tostões os governo vendem o patrimônio público, mesmo contra a vontade popular. A reforma agrária não sai do papel. Os gastos com verbas publicitárias são cada vez maior. Aliás, o atual governo parece ser o pior desses 500 anos.

Não se viu tamanho índice de desemprego. Assim estamos formando alunos profissionais em escolas técnicas para trabalhar a onde? Há falta de dinheiro de um modo geral. Lojas, fábricas e agricultores entram em falência desenfreante.

Imaginem, na hora da comemoração, os figurões na telinha do "plim-plim", cantando parabéns, apagando as velinhas do enorme bolo, que certamente vai ter, e estourando os balões com festa pirotécnica, na frente do povão que ultimamente tem servido só para votar.

Neste ano, quem tem o poder do voto terá novamente uma grande chance de cruzar o milênio com novos administradores pensando duas vezes na hora de entrar na cabine indevassável.

Substituta assume pasta da educação



Como já era esperado pelas lideranças do magistério estadual a sucessão à Secretaria da Educação foi confirmado com a indicação da secretária substituta, Maria Beatriz Gomes da Silva. Ela acompanha a secretária Iara Wortmann desde o início da gestão, atuando como diretora pedagógica. Natural de Porto Alegre, 54 anos, Beatriz é professora estadual aposentada e docente na Ufrgs. Graduada em Pedagogia e mestre em Educação, a professora assumiu em abril a pasta da educação no estado do Rio Grande do Sul.

Menos voto

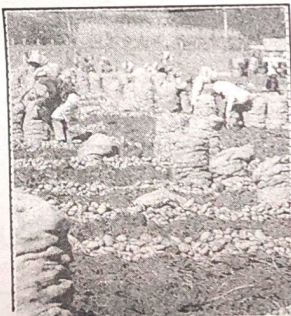
Sobre as eleições deste ano os professores questionam. Quem irá fazer menos voto para deputado estadual? Será a ex-secretária da educação Neuza Canabarro, ou a também ex-Iara Wortmann?

A briga promete.

Desemprego começa na lavoura

/Assentamentos não aumentou produção no país

A origem do desemprego no Brasil está no meio rural e a sociedade urbana terá de conviver cada vez mais com o problema enquanto a área agrícola plantada permanecer estagnada, como vem ocorrendo desde 1990. A avaliação é do diretor do Departamento de Planejamento do Ministério da Agricultura, Antônio Lício.



Além da vinculação que pode ser feita entre a área plantada e a mão-de-obra por ela exigida, observa que a mecanização crescente no campo também contribui para eliminar os postos de trabalho, e se torna ainda mais grave sem a contrapartida da abertura de

novas lavouras que possam absorver os trabalhadores. Nos últimos anos, a área plantada de grãos no país tem ficado próximo dos 36 milhões de hectares, praticamente a mesma registra-

da no início dos anos 80. "O problema é que a população economicamente ativa saltou de 50 milhões para 75 milhões no período.

A tecnologia tem permitido ganhos de produtividade, resultando em surpersafra ao redor de 80 milhões de toneladas de grãos, mas não está ocorrendo expansão significativa da área plantada, e sim a substituição de uma lavoura por outra. A reforma agrária, que poderia contribuir para ampliar cultivo agrícola no Brasil, não trouxe qualquer aumento da área plantada nos últimos anos, embora o atual governo tenha assentado milhares de famílias de sem-terra.

Queimadas promovem perdas no campo

Pequenos agricultores em vários povoados do interior do estado de Roraima - Brasil - continuam promovendo queimadas para renovar suas lavouras, criando focos de incêndio que se propagam. A situação está incontrolável. Desde a segunda quinzena de março que o fogaréu vêm queimando a mata nativa daquele estado. O governo do Estado proibiu a realização de queimadas e vem desenvolvendo uma campanha na mídia a fim de alertar os colonos, mas muitos deles não têm televisão em casa. O fogo continua avançando e já atingiu a reserva ecológica de Cacará, no sul de Roraima. Sem condições de apagar todos os focos de incêndio, a prioridade é a proteção de famílias, fazendas de gado e aos animais silvestres. O Brasil aceitou a ajuda da ONU para combater o incêndio que está sem controle. Os países, Argentina e Venezuela, trabalham nas frentes de combate ao fogo.

A prática das queimadas (coivara) para limpar os campos é comum na região Norte e Nordeste do Brasil. No Rio Grande do Sul, após uma ação conjunta dos técnicos da EMATER com os ambientalistas ocorreu a conscientização dos agricultores. Os técnicos demonstraram aos colonos gaúchos as causas desastrosas que os incêndios exerciam não somente ao exterior do mato, mas também contra a vida biológica do solo como minhocas, insetos e seres microscópicos, entre eles, bactérias fixadoras de nitrogênio e fungos que vivem em simbiose com as plantas das lavouras.

MENDES RIBEIRO ESCREVEU

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador do Rio Grande do Sul Antônio Brito vão responder, nas eleições do próximo dia 3 de outubro, pela violência. O sucateamento da saúde. O desmantelamento da previdência. A ridicularia da reforma agrária. O fantasma do desemprego. Os favores. As isenções. Os subsídios. O campeonato mundial de verbas publicitárias. Os escândalos diários. A compra e a venda de votos. As reeleições fabricadas na desesperada tentativa de manter o poder a qualquer custo.

PENSE BEM

Porque o governo do estado do Rio Grande do Sul não vêm investindo nas escolas agrícolas, e continua com os repasses em atraso?

ENSINO SOFRÍVEL, E MINISTRO...

O gaúcho Paulo Renato de Souza, ministro da Educação, emitiu nota para a imprensa admitindo que a formação de 2º grau no país é "sofrível". A constatação quanto à má qualidade do ensino é confirmada pelo exame feito por mais de 420 mil alunos ao final do 2º grau, no ano passado.

O ministro analisou os dados friamente. Caso contrário teria que dizer também que o governo sofrível de FHC, não vêm investindo em Educação. E os professores nas escolas tem equipamentos e laboratórios já vem fazendo proeza há muito tempo.

EDUCAÇÃO

Mulher rural quer verba para saúde

As trabalhadoras rurais querem que os governos federal, estaduais e municipais cumpram a Constituição Federal, que determina o repasse de no mínimo 10% dos recursos do orçamento para área da saúde. Esta foi a principal reivindicação e o tema mais abordado no 5º Encontro Internacional de Trabalhadores Rurais, 07/03/98, em Rio Parão, Evento integrado às homenagens ao Dia Internacional da Mulher. Participaram da programação durante todo o dia, no Ginásio Guernião, 4 mil pessoas, procedentes de 15 cidades dos vales do Rio Parão e Jacuí.

A promotora de Rio Parão, Cristine Grehs, a convite do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais, fez uma exposição sobre os direitos de cada cidadão na área da saúde. Ela lembrou que a partir da Constituição de 1988 a saúde tornou-se em dever do Estado e um direito do cidadão. "Não importa se ricos ou pobres, todos tem direito a serem atendidos gratuitamente", enfatizou. Foi precisamente com este objetivo, conforme a promotora, que se constituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), que conta com recursos dos governos federal, estaduais e municipais. Grehs também reforçou que todos os hospitais conveniados ao SUS são obrigados a assegurar ao cidadão atendimento, caso contrário serão responsabilizados.

Programa Universidade Solidária Resgata a Cidadania do Povo

Claudiomar Santos e Osmar Pereira

Durante os dias 16 de janeiro a 07 de fevereiro de 1998, um grupo de alunos coordenados pelo Prof. Jonaes de Oliveira Dias, Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRRJ, estiveram no município de São José da Lagoa Tapada/Paraíba, participando do Programa Universidade Solidária, onde foram desenvolvidas várias atividades como: Educação, Cidadania, Saúde, Lazer, Educação Ambiental, Cultura, Esporte e outras atividades.

A presença desses alunos e um professor se justifica pelo fato do município atendido apresentar baixos indicadores sociais e altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, evasão escolar, analfabetismo e outros índices preocupantes.

Através destes dados houve um endimento entre a equipe e a população local a fim de que pudesse desenvolver atividades a fim de que houvesse uma continuidade após nosso retorno, pois um dos objetivos do programa é a formação de agentes multiplicadores com intuito de dar continuidade das atividades iniciadas durante o programa, caso contrário não se justifica nossa presença neste município.

Durante toda a nossa permanência, sempre tivemos a preocupação de adequar nossos co-



Equipe da UFRRJ que participou do Programa Comunidade Solidária

nhecimentos com aos conhecimentos da população local, pois de nada adianta nos levarmos um pacote tecnológico a eles e após nossa saída tudo voltasse como era antes, por isso nosso preocupação de mostrar que há possibilidade de melhorias das condições de vida com alternativas baratas e simples, pois não é pelo fato dessas pessoas possuírem um nível de informação um pouco mais baixo pelo fato das próprias condições de acesso a educação, devem ser ignoradas pois eles criaram ao longo dos anos condições de vida que devem ser respeitado por todos nós.

Ao longo desses 21 dias percorremos 58 comunidades rurais em 03 turnos (manhã, tarde e noite), percorremos mais de 1000 km, levando e trazendo muita informação, a qual as Universidades não mostram dentro das salas de aula, daí

nossa preocupação em resgatar a auto-estima deste povo, a fim de que nas próximas gerações podemos ter um nordeste mais digno, pois este povo guerreiro merece todo o nosso respeito.

Relação dos alunos que participaram do Programa Universidade Solidária equipe São José Lagoa Tapada/PB UFRRJ: Ciências Agrícolas: Alam Carlos; Alessandro Gomes; Claudiomar Silva; Eduardo Henrique; Osmar Pereira; Agro-nomia: Vânia Pimentel; Anderson Marlon; Economia Doméstica: Luciana Ramos.

OBS.: Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a toda a comunidade de São José, a Prefeitura municipal e a Comunidade Solidária, NIEDEF/UFRRJ.

*Alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícola da UFRRJ

Governo Britto nega recursos para educação

Ser professor do Estado do Rio Grande do Sul é uma tarefa nada fácil. Antes mesmo de ter completado o primeiro mês de aulas no Estado, o magistério público realizou sua primeira assembléia geral, gritando em defesa do ensino. "O descaso do governador Antônio Britto (PMDB) em atrasar os repasses financeiros para as escolas é um ato desumano", disse a presidente do Cpers/Sindicato.

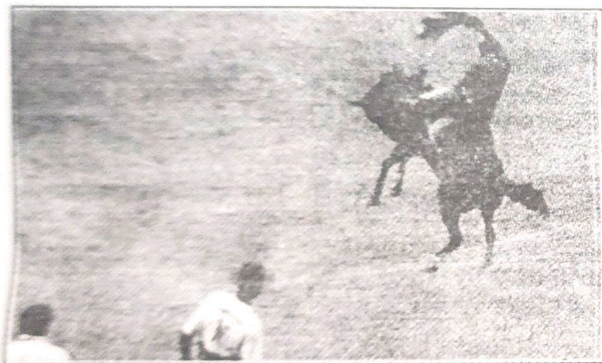
A pauta de reivindicação da categoria aprovada em assembléia, no dia 27 de março, inclui questões salariais, funcionais, previdenciárias, educacionais, sindicais e sociais.



Além destes a categoria vai mobilizar-se para a implantação de um Plano de Carreira do Magistério; implantação de um plano aos funcionários. aber-

tura de concurso com garantia de nomeação; inclusão de maridos como dependentes do IPE; pela garantia de pleno funcionamento dos setores e serviços escolares; regularização do repasse trimestral das verbas para as escolas, coisa que o governo não vem cumprindo, e com isso os serviços de manutenção nas escolas estão cada vez mais comprometidos, principalmente nas escolas agrícolas de primeiro e segundo grau.

Rodeio de prata na ETA



Além das provas campeiras, rodeio terá muita música

A Escola Técnica de Agricultura de Viamão (ETA), está organizando juntamente com o CTG Vaqueanos da Cultura o XXV RODEIO CRIÓULO DE VIAMÃO, de 17 a 19 de abril/98, no Parque de Rodeios da Escola, na localidade do Passo do Vigário, na RS 040, km 16, Viamão/RS.

A arrecadação financeira do Rodeio será destinada para aplicação na melhoria dos setores produtivos de pecuária e agricultura do colégio, bem como no auxílio da manutenção do internato dos alunos.

Neste ano o Rodeio de Viamão comemora as "Bodas de Prata", e para isto, a Comissão Organizadora preparou uma programação a rigor para os três dias de festa campeira que inclui provas como tiro de laço, gineteadas, estafeta, argolinha, paleteada e rédeas. A parte artística contará com danças de invernadas, trovas, declamações, vocal e gaita.

De acordo com diretor da Escola, professor Paulo Goulart, a área do parque de rodeios recebeu melhorias de infra-estrutura para receber um público esperado de aproximadamente 40 mil pessoas. A pista de provas foi duplicada. A área arborizada foi iluminada. Foi acrescentado ao local mais três sanitários e chuveiros, churrasqueiras, praça de alimentação e churrascaria central para atender 500 pessoas. O acampamento será gratuito.

A abertura oficial do rodeio será no baile do dia 17 (sexta-feira), com o show nativista de Elton Saldanha, e o grupo Gurizada Medonha com início às 23 horas. No baile de sábado, 18, a animação será com o grupo Os Mateadores. Informações fone (051) 485. 1101 ou 485. 11 73

Seja, você, mais um sócio da AGPTEA. Entre neste time

GERAL

Aposentadoria: INSS esclarece

O assessor especial do Ministério da Previdência e Assistência Social, Celcino de Carvalho Filho, veio ao Rio Grande do Sul, esclarecer aos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado as dúvidas com relação ao aproveitamento do tempo de serviço rural para benefício do trabalhador urbano. De acordo com Carvalho Filho, apesar da complexidade da legislação, não há dúvidas quanto ao cumprimento da lei nº 9.528 de dezembro de 1997, que assegura a averbação do tempo de serviço rural, desde que o trabalhador urbano comprove com documentos em seu nome.

No entanto, as constantes modificações decorrentes das medidas provisórias causam problemas de compreensão até mesmo para o funcionalismo do INSS, que muitas vezes ficam embaraçados ao interpretar as ordens de serviços e circulares que recebem do instituto. Para resolver essa ausência de padronização no atendimento, o Ministério da Previdência promoverá uma bateria de reuniões com todos os coordenadores e chefes de divisão de postos do país.

O trabalhador urbano que necessitar averbar o tempo de serviço rural para aposentadoria pode fazê-lo através de



/Carvalho enfatiza as provas

documentos considerados provas plenas ou, na falta deles, de indícios para investigação. No primeiro caso, valem contratos de trabalho, registro em carteira, documentos de órgãos de fiscalização e profissionais. Quem não possui essa documentação deve apresentar registros como certidões de nascimento ou atestados de matrícula em escolas onde conste o nome do trabalhador rural. "Estamos investindo na produção de cartilhas para distribuição em escolas profissionalizantes, orientando para a manutenção dos documentos em dia desde cedo", disse Carvalho.

Emater beneficia 182 mil famílias rurais na área social

Angela Felippi e Rogério Antunes



O balanço das atividades realizadas pela Emater/RS em 1997 apontou que as propriedades rurais assistidas pela extensão rural oficial apresentaram produtividades acima das médias estaduais nas diferentes culturas. Nas lavouras de milho, por exemplo, a produtividade chegou a ser quase 30% maior. Os dados também indicaram que nas lavouras de arroz irrigado do Rio Grande do Sul a produtividade média foi de 5.173 quilos por hectare, enquanto que nas lavouras dos agricultores assistidos a produtividade foi de 5.291kg/ha.

O serviço prestado pela Emater não visa somente elevar a produção e a produtividade da agropecuária gaúcha, mas, também melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, através do seu programa de bem-estar social.

Em função disso, o presidente da Emater/RS/Brasil, Caio Rocha, informa que neste último ano, os extensionistas que atuam na área de bem-estar social beneficiaram com seu trabalho cerca de 182.800 famílias de agricultores gaúchos, pertencentes a 4.950 comunidades rurais do Estado. As ações resultaram

na incorporação e adoção de práticas por parte dos produtores quanto a preparo, armazenamento adequado e indústria caseira de alimentos, assistência a agentes de saúde, incentivo à melhoria das habitações e arredores das propriedades rurais, artesanato para lazer e comercialização, além de atividades preventivas de saúde humana, num trabalho em parceria com entidades profissionais da área, buscando o controle de vetores de zoonoses, de pragas, de verminoses e de doenças em geral.

Através do programa do governo do Estado, "Nenhum Município Sem Emater, a empresa ampliou seu atendimento instalando-se em mais 100 municípios. Para isso foram contratados 198 extensionistas, grande parte formado de técnicos agrícolas, o que garante a atuação da empresa, hoje, em 422 municípios do Rio Grande do Sul.

AS DÚVIDAS DOS SÓCIOS DA AGPTEA COM AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA

*** Sou funcionário público federal e recebo adicional por insalubridade. Eu tenho direito à redução de tempo de serviço para me aposentar?**

O adicional de insalubridade não é condição suficiente para haver direito à aposentadoria especial. É preciso que a atividade se enquadre nas exigências da lei. E no âmbito do serviço público federal, não há atualmente nenhuma lei sobre as aposentadorias especiais.

*** Sou funcionário público, tenho, 40 anos de idade e 25 de contribuição. Poderei me aposentar quando fechar 35 anos de serviço?**

Não. Quando você completar os 35 anos de serviço, não terá os 60 anos de idade previstos nas novas regras de aposentadoria. Pelo regime de transição, esse limite de idade é reduzido para 53 anos, e o tempo que falta para os 35 anos tem um acréscimo de 20%. Você

cumprirá esse tempo daqui 12 anos, mas será necessário esperar pelo aniversário de 53 anos antes de requerer a aposentadoria.

*** Sou professora estadual e tenho 59 anos de idade, com 15 anos de contribuição. Ao completar 60 anos, poderei requerer aposentadoria?**

Sim, poderá requerer aposentadoria por idade.

*** Sou funcionária pública estadual, 44 anos de idade, e contribuo desde 1975. A quantas licenças-prêmio eu teria direito? Poderei averbá-las para a aposentadoria?**

A conversão das licenças-prêmio em tempo de serviço é permitida em relação ao trabalho desempenhado até outubro de 1996, após esta data não será possível. No seu caso, é possível converter em dobro duas licenças de seis meses.

Mulher rural comemora conquistas

*Reconhecimento da profissão de trabalhadora rural completa 10 anos

Vilson Arruda F



/Mulheres rurais conquistam espaço no social

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais tem mais de 15 anos no Rio Grande do Sul. A luta começou para conseguir espaço no meio sindical e, a partir daí, uma série de outras reivindicações foram sendo encaminhadas e conquistadas. A garantia de sindicalização, a aposentadoria e a remuneração foram alguns dos direitos adquiridos que transformaram a mulher camponesa. "Em quase 20 anos as mulheres do campo deram um salto jamais visto em outra categoria", assegura a assessora da Comissão Estadual das Mulheres da Federação dos Trabalhadores em Agricultura (Fe tag), Sonilda Silva Pereira.

A secretária executiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade gaúcha de Camaquã, Hilda Rackow Holz, 30

anos, é casada, tem um filho e estudou até a 4ª série do 1º grau, também arranja tempo para coordenar a regional com 15 municípios e 9 mil associados. Sua profissão: trabalhadora rural. Hilda é apenas uma entre as milhares de camponesas brasileiras que, neste ano, comemoram uma de suas principais conquistas que foi o reconhecimento da profissão na Constituição de 1998.

A busca de espaço profissional saiu da lavoura e invadiu os sindicatos e organizações sociais. As camponesas são responsáveis, hoje, pela produção de muitas toneladas de alimentos em todo estado, trabalhando de sol-a-sol com os homens. Entre as camponesas também se encontram as mulheres formadas em Agronomia, Veterinária e as Técnicas Agrícolas. Um desses exemplos é a extensionista Sandra Marques Poncet que atua no escritório da Emater em Parai, (RS). Técnica Agrícola formada na Escola Estadual Agrícola Daniel de Oliveira Paiva (CADOP) em 1978, na cidade de Cachoeirinha, ela enfatizou que as mulheres já não são mais submissas, pois já tem a opinião própria. Vereadora do PPB, Sandra revelou que no início da sua carreira não foi nada fácil e a luta era constante. "Atualmente, grande parte dos camponeses já aceitam a opinião das mulheres que estão conquistando o seu espaço pelo desempenho profissional", salientou.

EDUCAÇÃO

Avaliação mudança de paradigma

*Terezinha G. Azzolin

A avaliação nas escolas brasileiras tem sido um instrumento de controle e aversivo aos alunos, quando deveria ser um diagnóstico e uma reorientação do ensino.

Ela tem sido usada como instrumento de punição, de seleção e até de exclusão do aluno, quando na realidade deveria fazer parte do processo ensino-aprendizagem, com o papel de ajudar a achar saídas para as dificuldades dos alunos. Enquanto legislações anteriores indicam a avaliação como um fim em si mesmo, taxando, classificando alunos com uma nota ou conceito, surge uma nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), invertendo o eixo deste papel, e é neste sentido que vejo a mudança de paradigma.

A idéia, agora, é voltar-se para um processo não mais indicando um diagnóstico estático finalizado, mas para uma dinâmica nas suas relações aluno, professor, conteúdo, metodologia, que levem a um quadro pedagógico de autoconstrução, de promoção das consciências como sujeitos de si mesmos e das suas realidades históricas capazes de desmistificar seu ambiente cultural, social e político, superando essa opressão com seu acesso ao conhecimento e à informação, livre das ideologias dominantes.

No momento em que a nova LDB coloca em seus artigos que a avaliação é "contínua e imediata" e ao longo do ano letivo, perpassa uma idéia de que a todo momento do processo ensino-aprendizagem há que se fazer o controle, o acompanhamento dos avanços e das dificuldades, onde a auto-avaliação de todos os sujeitos envolvidos problematizem e construam novos caminhos para tinger a apropriação dos conteúdos privilegiados, que partem da vida e da realidade

do educando, dando sentido e significação ao mesmo.

A mudança a que me refiro é o resultado do processo, ou seja:

Que aluno pretendemos formar, no Projeto Educativo



AB+CD=????????

da escola?

Alunos repetitivos?

Reprodutores de conhecimentos?

Meros objetos moldados pelo mesmo ensino bancário tradicional?

Então, nesse sentido, temos momentos avaliativos, coercitivos, amedrontadores que medem apenas a capacidade de reprodução e gravação do que foi dito pelo professor.

A grande virada, a grande mudança de paradigma está inclinada na legislação, mas muito mais do que isto é corporificação no projeto educativo da escola onde a concepção verdadeiramente libertadora na construção de realidades educativas está permeada por sujeitos que construam por si mesmos as suas realidades, que transformem a sua conjuntura histórica e exerçam a sua cidadania.

Assim sendo, vemos a avaliação como parte integrante e indissociável do processo, sem momentos previamente

marcados, selados, imutáveis, que ficam registrados periodicamente no Histórico ou Relatório de Desempenho do aluno.

Passa a avaliação a ser individualizada, não coletiva e massificante, momentos de pa-

radas, de críticas, reflexões entre o professor e aluno e do Projeto Pedagógico como um todo, mas não apenas diagnósticos sem tomadas de decisão. Novos caminhos, novos rumos se abrirão para os construtores da apropriação do conhecimento em busca do sucesso e não do fracasso sem retorno.

Não indico receitas, normas ou diretrizes de "como fazer", mas aponto rumos de quando e onde fazer essas mudanças.

Na construção do Projeto Pedagógico da escola - "A escola que queremos e podemos construir", impõe-se um novo paradigma com pressupostos e idéias fundamentais que sustentam e orientam essa ação, compreendendo o significado da autonomia da descentralização mudando, portanto, mentalidades e ações, acreditando na construção de uma nova escola com poder compartilhado, com integração, parcerias, controle coletivo num processo de gestão democrática.

No momento em que estiver bem claro para toda a comunidade escolar, a proposta pedagógica sevirá como orientação e diretriz das ações expressando o ideário que deixa clara a concepção de Homem, de Sociedade, de Educação, de Conhecimento e de Escola, servindo como embasamento para a ação de todos.

Na definição dos ingredientes do processo estaremos decidindo o que será nossa proposta - ensino-aprendizagem, currículo, conteúdo, metodologia e como será a avaliação - considerando os objetivos definidos.

Dentro do ingrediente avaliação devemos definir não só o quanto fazer e como fazer, com que critérios e como divulgar as tomadas de decisões, mas prever também projetos especiais para atender aspectos considerados insatisfatórios na apropriação do conhecimento por parte dos alunos, e também dos fatores interferentes no processo.

Conforme previsão da lei, atentar para:

- Recuperação de estudos e não de aulas de recuperação.

- Recuperação por rendimento insuficiente e não por infreqüência.

- As formas de recuperação; ficam a cargo da escola no estabelecimento de calendários.

- A recuperação refere-se não à nota, mas sim a objetivos não atingidos pelo aluno, a fim de que nivele o aluno para prosseguimento de estudos.

- As formas de recuperação disciplinadas no PIE poderão assumir diferentes modalidades, cabendo à comunidade escolar a decisão, levando em consideração a disponibilidade de recursos humanos, físicos, pedagógicos, etc...

A reforma que destrói

Há muito tempo o Brasil exigia mudanças profundas em seu sistema educacional. Com o objetivo de operar estas mudanças, desde 1988 tramitava no Congresso Nacional, em Brasília, um projeto que buscava instituir uma Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira. Quando tudo parecia bem encaminhado, no ano de 1996 foi a voto um substitutivo apresentado pelo então senador Darcy Ribeiro.

Quem pensar que a assinatura do Senador é garantia de uma lei democrática e positiva para a educação estava enganado. De acordo com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a LDB aprovada expressa a vontade do governo e de organismos internacionais, como o Banco Mundial. E a educação, como elemento decisivo para o presente e o futuro do país, ao invés de melhorar, pode piorar.

O sistema educacional herdado da ditadura militar vinha mostrando sua falência. Quase um quinto da população com mais de 15 anos não sabe ler nem escrever. Incluindo os analfabetos funcionais, ou seja, as pessoas que não completaram a 4ª série do primário, este número triplica.

O por da lei é o desmonte. A alma neoliberal da nova LDB se revela já no seu artigo segundo, onde se lê: "A educação, dever da família e do Estado...". Ou seja, inverteu-se a ordem de responsabilidade entre o Estado e a família, que havia sido fixada na Constituição Federal, além de omitir que a educação é um direito de todos. Assim pode-se concluir que a LDB reconceitua a educação como atividade "livremente" regulada pelo mercado.

EXPECTATIVAS E CONTRADIÇÕES

Se, de um lado, a LDB criou expectativas, por outro frustrou os professores, pois o governo federal junto com a chamada inovação não oferece atualização tecnológica para os laboratórios, redes de comunicações, informatização das escolas e instalações adequadas e infra-estrutura financeira que atenda razoavelmente as exigências. Como motivar os alunos se as escolas estão desparelhadas e na maioria sucateadas?

Assim fica difícil de despertar nos alunos o encantamento e o interesse pelo estudo.

PENSE BEM

SERÁ QUE ESTAMOS PREPARADOS PARA AVALIAR NOSSOS ALUNOS?

REPENSAR O PAPEL DA ESCOLA

Nós educadores de escolas agrícolas devemos colocar em prática a nossa proposta pedagógica de acordo com a nossa realidade, com todas as peculiaridades próprias das escolas agrícolas. A LDB e a Lei de Gestão Democrática de nosso Estado, são leis que se complementam e nos oferecem a liberdade, a autonomia, a democratização, a aprendizagem, a qualidade, a descentralização e também permitem compartilhar das responsabilidades que temos como educadores.

Portanto, cada comunidade escolar tem que repensar a sua proposta pedagógica. Temos que agir.

*Terezinha G. Azzolin é Licenciada em Supervisão Escolar - 2º Vice-presidente da Associação dos Supervisores de Educação do RS.

DEBATES

Rota do romantismo gaúcho é sede do encontro de professores do ensino agrícola

Participe do III ESBEA em Nova Petrópolis

Venha discutir, debater e trocar experiências sobre o ensino agrícola cercado por romantismo, paisagem de montanhas, vales e florestas, ponteados aqui e ali por povoados, pequenas ci-

dades ou campos cultivados com capricho. Flora das hortências à beira do caminho, amores-perfeitos, petúnias e cravinas. Tudo evoca beleza, paz e encantamento. Este é o caminho da Serra Gaúcha, esta é a Rota Romântica.

Desde o início, pela BR 116, ainda em São Leopoldo a paisagem muda de forma radical.

Gente de cabelos louros, olhos azuis, com um acento carregado no falar - onde ainda se falam os sotaques da Bavária, Boê-

mia ou dialetos das margens do Reno -, a culinária, a arquitetura, a alegria nos festejos. É a marca da cultura alemã, de um povo feliz e hospitaleiro. Em Nova Petrópolis a comunidade é integrada pelo trabalho, pelo otimismo, e

principalmente por uma natureza pródiga em paisagens luxuriantes e surpreendentes. Toda a região é dotada da melhor infra-estrutura, com hotéis e pousadas de categoria internacional e restaurantes competentes que se-

guem a rica culinária típica, além do já consagrado artesanato. Conheça também as cidades de Gramado e Canela, que ficam próximas a Escola Agrotécnica Bom Pastor.

Escola Bom Pastor completa 100 anos de ensino

Sede do III Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola a Escola Bom Pastor está localizada em Linha Brasil, no município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul - Brasil. Foi fundada no século passado pelos imigrantes alemães, que se fixaram nesta região a partir de 1860. Consta nas atas, que em 1898 a "Schulgemeinde" - comunidade escolar, já possuía prédio escolar, moradia para os professores e terras para a produção agrícola. A comunidade de Linha Brasil sempre soube honrar esta herança, ampliando o patrimônio da escola com novas instalações e cursos. Neste sentido, o Pastor Paulo Evers, natural da Alemanha, exerceu seu ministério religioso e educacional na Linha Brasil, de 1922, até o fim de seus dias em 06 de maio de 1978. O Pastor Paulo soube de forma exemplar valorizar a comunidade e a educação, construindo em mutirão os prédios que hoje abrigam a Escola, a residência de alunos, o albergue e a mercearia. Até 1953 o educando era denominado Escola Emílio Mayer, e após Ginásio Bom Pastor.

Em 1953, antiga Schulgemeinde foi transformada em AELB - Associação Educacional Linha Brasil. Em 1955, a escola ofereceu o curso ginásial aos jovens da região. A partir de 1966, o curso agrícola a nível de 2º grau, ofereceu um sistema de hospedagem, para os alunos de municípios distante da escola.

No ano de 1987, a escola come-

çou a oferecer o curso a nível de 1º grau, 5º a 8ª série, com pré-qualificação em Agropecuária.

A AELB, desde 1981, mantém o convênio com CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, identifi-

cando-se com a filosofia e objetivos na busca pela integração da comunidade e a aliança para uma educação melhor. A escola atende hoje 330 alunos, vindos de mais de quarenta cidades do Rio Grande do Sul. Atualmente a sede do CETANP - Centro de treinamento de Agricultores de Nova Petrópolis, inaugurado pessoalmente pelo Sr. Governador do Estado - Antô-

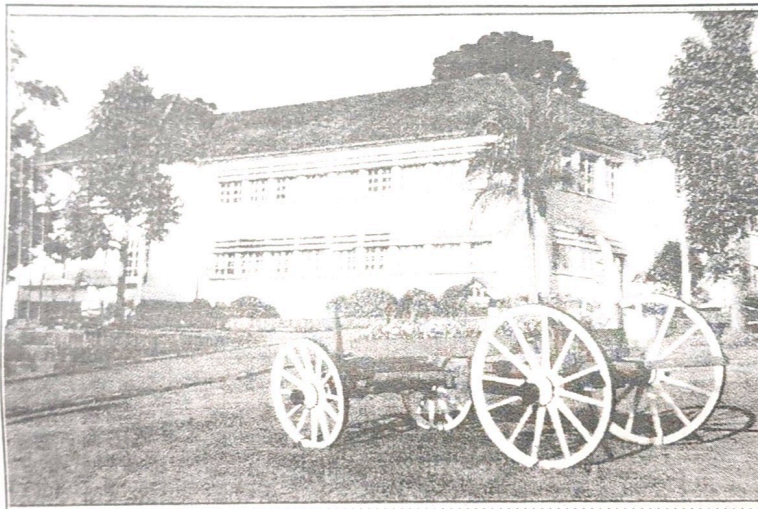
nio Brito, em 17 de maio de 1995. O CETANP recebe hoje agricultores de várias regiões do RS para profissionalização. Para difundir a conscientização ecológica de crianças e jovens, a Escola Bom Pastor oferece desde 1991 o programa

integração.

Hoje, para os alunos que vem de localidades distantes, a escola oferece o sistema de residência de alunos, recebendo jovens do sexo masculino a partir da 5ª série.

Toda esta bonita História do centenário da escola Bom Pastor sem dúvida, está permeada pela dedicação e sacrifício de inúmeras pessoas, as quais muitos agradecemos, citando o nome daqueles que seguiram o valioso exemplo de seu pai: a Sra. Ilse Evers Gans e seu esposo Vitor Gans; a Sra. Elizabeth; a Sra. Gisela Evers Krick e seu esposo Alfons Krick; e o irmão deste, Sr. Edgar Krick e sua esposa Hildagar Krick.

Também contribuíram com a Escola, mediante exercício da função de Direção, as seguintes pessoas: Júlio Carlos Feldens, Jorge Vilson Dinnebier, Giane da Silva Farina, Edoth Te resinha Rigão e Dilson Jahn.



Escola oferece preparação agropecuária a nível de 1º e 2º graus

teórico-prático ECOVIV - Ecologia Vivenciada, onde participam alunos de várias escolas do estado, com o objetivo de viverem uma educação ambiental.

Integrando-se a realidade turística e romântica da Serra Gaúcha, a Escola Bom Pastor mantém desde 1986 o Albergue da Juventude Bom Pastor, um sistema de hospedagem acessível, que permite lazer e

projetos especiais. *Visando aprimorar os conhecimentos a Escola realiza desde 1987 a Vermicompostagem com instalação de minhocários. *Iniciado em 1989 o projeto de Reciclagem de Lixo ensina ao aluno a necessidade da separação das substâncias orgânicas das inorgânicas e a possibilidade da comercialização.



A atual Diretora da Escola é a professora Ladi Senger. O presidente do setor da CNEC 97/99 é o Sr. Mário Krauspenshar e o Presidente da AELB gestão 97/2000 é o Sr. Vilson Dinnebier.



Setores produtivos da Escola produzem alimentos para o internato

Cursos técnico

A nível de 2º Grau a Escola oferece a Habilitação profissional para Técnico em Agropecuária. O curso tem duração de 3 anos, mais o estágio.

Atividades práticas

A escola assegura ao educando uma formação profissional voltada para a prática, com sólido embasamento teórico, visando a aprendizagem técnica. Dentre



Alunos aprendem a fazer embutidos de Carne Suína

as opções cita-se:

- Industrialização da carne Suína
- Fruticultura - Lavouras - Horticultura
- Floricultura e Jardinagem
- Criação de Gado Leiteiro, Suínos, Aves e Coelhoos.

- Apicultura e Psicicultura
- Irrigação
- Uso de Estufas e Viveiros
- Iniciação em Mecânica Agrícola
- Incentivo a prática de Agricultura Ecológica.

Projetos Especiais

*Visando aprimorar os conhecimentos a Escola realiza desde 1987 a Vermicompostagem com instalação de minhocários. *Iniciado em 1989 o projeto de Reciclagem de Lixo ensina ao aluno a necessidade da separação das substâncias orgânicas das inorgânicas e a possibilidade da comercialização.

*Programa de Ecologia Vivenciada que propõe aos alunos do meio urbano vivenciar a natureza, mediante atividades teórico-práticas.

*Centro de Treinamento de Agricultores de Nova Petrópolis. A escola ministra cursos para a profissionalização dos camponeses.

ENSINO

Superintendência do Ensino Profissional

/O ensino agrícola está de parabéns

Luiz Calvete Corrêa



Presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola, Luiz Calvete, prevê novos horizontes para o ensino agrícola

Está de parabéns o Governo do Estado, através da Coordenação do Ensino Técnico, da Secretaria de Educação (SE), ao ser aprovado Projeto de Lei 44/96 que cria a Superintendência do Ensino Profissional - SUEPRO, órgão ligado à Secretaria de Educação, com a finalidade de coordenar o ensino no Estado - Lei nr. 11.123, de 27.01.98, publicada no Diário Oficial do Estado em 28.01.98

Está de parabéns a Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola - AGPTEA que há mais de vinte anos luta, reivindicando a criação na SE/RS, de um órgão de coordenação, responsável pelo planejamento do ensino agrícola, a ser dirigido por professor de disciplina especializada.

Neste particular merece destaque a iniciativa da então Secretária de Educação, Profa. Iara Wortmann que, atendendo esta reivindicação, montou uma estrutura técnico-administrativa junto ao Departamento de Ensino Médio, criando a coordena-

ção do ensino técnico, colocando à testa da mesma um professor técnico, de ensino agrícola - Prof. Heitor Tomé da Rosa, cujo desempenho foi alvo de merecidos elogios.

Está de parabéns o Gabinete do Vice-Governador, através de seu Secretário Executivo, Prof. Martins Saraiva Barbosa que coordenou o grupo de trabalho responsável pela fixação das diretrizes que serviram de base para a elaboração do Projeto Lei 44/96

Estão de parabéns as Escolas Técnicas Profissionais e as Instituições Educacionais que desenvolvem ensino profissional, porque encontrarão, agora, um órgão oficial responsável pela coordenação e desenvolvimento do ensino profissional, bem como, pela captação de recursos necessários aos projetos educacionais, nesta área de ensino.

desenvolvimento de aulas práticas, tão necessárias e indispensáveis nesta área de ensino, porque a partir de agora terão um órgão responsável pelo gerenciamento desta situação precária, em que se encontram nossas escolas profissionais.

Estão de parabéns os alunos das escolas profissionais porque, com certeza, a partir de agora, receberão de seus dedicados professores, uma orientação profissional mais eficiente e atualizada, dada a disponibilidade de recursos de aprendizagem, em suas escolas.

Estão de parabéns os Deputados Rubens Pillar e Maria Augusta Feldemann porque foram sensíveis às manifestações das entidades de classe e apresentaram emendas visando a melhoria do PL.44/96, tornando-o viável. Estão de parabéns, igualmente, os Deputados Flávio Koutzzi, Waldir Heck, Giovanni Cherini da Comissão de Educação e os parlamentares Pompeu de Matos e Vieira da Cunha da Comissão de Constituição e Justiça que, através de manifestações nas respectivas comissões e no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, apoiaram a luta da CBPEA.

Finalmente, está de parabéns a Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA porque, tomou a iniciativa, heróica e corajosa, no momento oportuno, em dar o primeiro grito de alerta, mobilizando os professores e diretores, levantando a bandeira de

luta em defesa do ensino profissional, combatendo as distorções que constavam do projeto original (PL.44/96), apresentando sugestões e propostas alternativas para melhorar o original que, como foi apresentado, representava perigo de privatização de nossas escolas técnicas ou terceirização do ensino técnico profissional.

Estão de parabéns, também, aqueles que, no anonimato, participaram, de uma forma ou de outra, dessa luta onde, não houve vencedores ou vencidos. O que houve, isto sim, foi a vitória do ensino profissional. A expectativa, agora, é no sentido de que a SUEPRO venha a ser dirigida por mãos competentes de profissionais da área de ensino técnico.

Grande será a responsabilidade dos membros do Conselho de Planejamento da SUEPRO que serão indicados para representar órgãos públicos e entidades da sociedade civil, nos termos do artigo 9º da Lei 11.123/98. Espera-se que as pessoas que aceitarem assumir tão importante encargo, considerado de "interesse público relevante" e, portanto, sem remuneração, o façam com dedicação e desprendimento.

Aguarda-se, com grande expectativa, o Plano Anual de Trabalho, da Diretoria Executiva que deverá ser apresentado ao Conselho de Planejamento para aprovação - artigo 10, inciso IV, da Lei 11.123/98.

Porto Alegre/Jan.98

Estudantes reclamam da política educacional

/Protesto e passeata ocuparam as ruas da Capital Gaúcha

Os estudantes voltaram às ruas, no dia 1º de abril passado, com os rostos pintados, faixas e palavras de ordem para exigir dos governos estadual e federal mais investimentos na Educação. Enquanto alunos universitários lançam o Fórum em Defesa da Universidade Pública na Ufrgs, cerca de 200 secundaristas do colégio Júlio de Castilhos e do Seigné travaram o trânsito nas principais ruas do Centro de Porto Alegre. Os colegas realizaram uma passeata pacífica rumo ao Pa-



Jovens pintaram o rosto para protestar contra os governos estadual e federal que tratam o ensino com descaso

lácio Piratini, sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

De mãos dadas, eles cantaram o Hino Nacional de costas para a sede

do Executivo e sentaram no chão, obrigando o desvio do trânsito. Na Ufrgs, o secretário nacional da União Nacional dos Estudantes, Luiz Klippert, disse que os jovens protestam contra a política educacional do governo estadual pela falta de professores, o atraso dos repasses trimestrais para as escolas e inclui a autonomia das universidades, pois segundo ele, o governo federal condiciona o recebimento de verbas a parcerias das instituições com a iniciativa privada.

Segundo os estudantes de escolas agrícolas, a

situação é tão grave em algumas delas que, caso não haja suplementação de verbas, algumas escolas agrícolas e universidades poderão fechar as suas portas, pois o dinheiro atrasado que os governos estadual e federal enviam não é suficiente para manter os internatos e semi-internatos, além disso a alimentação também está comprometida.

O movimento serviu também para reafirmar o compromisso unitário da jovem geração que condena as desigualdades impostas pelos governos neoliberais.

DÚVIDAS DOS LEITORES

O período que estudei em um colégio agrícola interno conta como tempo de serviço?

A súmula 96 do Tribunal de Contas da União reconhece como serviço público a frequência em escolas técnicas mantidas pelo poder público. Se esse for o caso, o período poderá ser considerado do em aposentadoria do INSS. O INSS, entretanto, tem restringido a averbação aos casos de frequência entre 1942 a 1959. Tal orientação não tem sido acatada na Justiça Federal.

CARTAS DO LEITOR

Aproveitadores

Quem vive na cidade não sabe, mas é tempo de colheita no campo, época em que, quanto mais intenso o trabalho, mais saudáveis e abundantes os frutos. Essa marcha de aproveitadores do dinheiro público exemplifica o desvirtuamento das medidas de proteção social. Se levarem dinheiro do governo, desta vez, como sempre têm levado, no próximo mês estarão de volta, pedindo mais.

Frederico Becker

Agrônomo - Porto Alegre

Interesse próprio

Para que o Parlamento no Brasil se o que faz é apenas defender interesse próprio e do governo de plantão, em troca de favores? Os políticos se transformaram em meros despachantes de luxo de quem está no poder. Com exceções, felizmente.

Gastão Ramago
Porto Alegre - RS

Pergunta

Sou funcionário público celetista e estou com 29 anos e nove meses de tempo de serviço. Não computo licenças-prêmio. Vou me aposentar pelo Estado/RS ou pelo INSS? Quanto tempo deverei trabalhar ainda?

AGPTEA responde

Está sendo questionada a situação jurídica dos celetistas do Estado. Se forem abrangidos pelo regime jurídico dos servidores, caberá ao Estado o pagamento da aposentadoria e deverá ser assegurada a conversão da licença-prêmio não-gozada até a promulgação da reforma.

Desrespeito

A Secretária da Educação, quando faz suas propagandas maravilhosas, enviando centenas de alunos às escolas, não faz a sua parte, colocando professores à frente desses alunos. A Antiga e bem conceituada Escola Técnica Parobé iniciou o ano letivo mandando os alunos do 3º ano para casa, por falta de professores. O povo não pode continuar sendo enganado.

Vera Maria Solis
Canoas/RS

Indignação

Estou indignada com os cancelamentos das nomeações. Minha filha passou em dois concursos, na disciplinas de Português, na área 2 em terceiro lugar, e na área 3 em primeiro lugar. Apesar da existência de vagas em nossa cidade, até hoje não foi nomeada. Agora terei de pagar taxas de inscrições para novos concursos. Onde está a coerência deste governo que faz a educação a sua prioridade.

Sérgio Kochier
Ibirubá/RS.

Politicagem

No concurso de 1996, passei em primeiro lugar em Agricultura. Na escola há vagas e não fui chamado. Porque a SEC prefere preencher as vagas com contratados? Para que fazer concurso?

Célio Luiz Dal Bosco
Viadutos/RS

Insensatez

Passou-se dois meses do resultado oficial do vestibular da UFRGS e ainda assim traz aflição a milhares de estudantes, devido à incrível e imaginável incoerência da banca de Matemática, que utilizou de meios na elaboração da prova para os quais os alunos não estavam preparados. A insensatez dos professores ficou clara na elaboração da prova desse ano. Não foi à toa a angústia de todos, que passaram o ano estudando, para então depararem-se frente a algo jamais visto, feito com as bases em doutrinas de 3º e 4º graus, impróprias para um vestibular que tem como essência selecionar, e não, única e exclusivamente, eliminar candidatos. Os coordenadores do vestibular tem que reestudar as maneiras de elaborar as questões.

Rodimar Silva
estudante - Porto Alegre - RS

Funcionalismo

Senhor governador: É justo demitir funcionários concursados, com pretexto de enxugar a folha, e, ao mesmo tempo, contratar com cargos de confiança?

Álvares Luiz Mansur Munhoz
Pelotas/RS



Jornal sério

Sr. Presidente da AGPTEA

É sempre um imenso prazer ler notícias e textos de jornais sérios e preocupados com a comunidade como o da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola - AGPTEA.

Na edição de dezembro, uma das matérias comenta que existem 125 mil professores leigos nas escolas públicas brasileiras e que o MEC pretende apresentar metas para completar a formação desses "professores" no prazo de dez anos. Sobre isso gostaria de comentar que admiro as pessoas que se propõem em ensinar o pouco que sabem para outras que nada sabem, num lugar onde são elas as que têm condições, o que não foi o caso de Porto Alegre ao instituir o MOVA, onde leigos ensinam no lugar onde deveriam estar professores formados e desempregados, apesar de que, nos cursos de licenciatura das diversas faculdades de Porto Alegre, por falta de incentivo, o que não falta é vaga, falta sim é candidato professor.

Ao despedir-me agradeço o envio do informativo e coloco-me à disposição nesta Câmara Municipal

Atenciosamente
Professor Carlos Alberto Garcia
Veredor - Porto Alegre - RS

Propaganda

O que o governador Antônio Britto gasta com publicidade daria para pagar uma faculdade para até 3 mil estudantes que não tem recursos.

Rodrigo Leão
Porto Alegre/RS

Carta aberta

Prezados Senhores e Senhoras
Inicialmente gostaria de externar meus mais sinceros cumprimentos à Diretoria da AGPTEA e aos seus sócios, desejando que neste ano todas as atividades lhes tragam plena satisfação.

Em segundo lugar cabe informar que devido a uma série de transições e mudanças ocorridas na Escola Cenescista de 1º e 2º Graus Bom Pastor, da Linha Brasil, Nova Petrópolis, inclusive como Município assumindo o primeiro grau, coube-me cessar as atividades como Diretor na mesma em 7 de janeiro do corrente, após ter o privilégio de estar na função no triênio 95/97.

Sem dúvida é necessário registrar os agradecimentos à Equipe Diretiva, que principalmente a partir de 97 iniciou um ótimo trabalho de qualificação do ensino e do Curso Técnico no segundo grau. Agradeço o dinamismo e a eficiência dos colegas professores e funcionários em prol dos alunos desta escola.

Igualmente cabe agradecer os ilustres amigos e amigas de Nova Petrópolis e Municípios vizinhos que em muito contribuíram para o sucesso da escola Bom Pastor.

Aos alunos e à nova direção faço votos de que a formação educacional no Bom Pastor seja de crescente qualidade.

Às atuais diretorias desejo que tenham uma visão ampla dos objetivos da Escola Bom Pastor, concretizando-os para a felicidade de centenas de jovens cidadãos.

Coloco-me à disposição da escola e de todos os amigos, para sempre cooperar naquilo que constrói mais humanidade.

Tão logo tenhamos nosso novo endereço o divulgaremos, na certeza de que em novos caminhos nós encontraremos para que a amizade se fortaleça ainda mais.

Muito obrigado a todos e um grande abraço.

Dilson Jahn
ex-diretor da Escola Agrícola Bom Pastor - Nova Petrópolis - RS

Eleição para AGPTEA

Por força estatutária o professor Antônio Helvio Ilha apresentou sua renúncia ao cargo de presidente da AGPTEA, tendo em vista ter assumido o cargo de Diretor da Escola Estadual Padre Réus, em Porto Alegre, em janeiro.

Assim, a Diretoria em reunião conjunta com os Conselhos Consultivo e Fiscal decidiu pela formalização da renúncia coletiva de seus membros. Desta forma durante o XIII Encontro Estadual da AGPTEA, a ser realizado em Nova Petrópolis, de 07 a 09 de maio próximo, será feita uma nova eleição para eleger a nova diretoria com um mandato "tampão" até julho de 1999.



A diretoria da AGPTEA saiu vitoriosa com as propostas que formalizou na Comissão de Educação para modificar o projeto original que criou a SUEPRO

Governo não vetou propostas da AGPTEA

O governador Antônio Britto não vetou as propostas de mudança, que a AGPTEA através dos deputados, modificou no projeto do Executivo que criou a Superintendência do Ensino Profissionalizante no Estado (SUEPRO). As seis propostas de emendas tiveram a anuência do governador, inclusive no ponto mais polêmico, que previa a transferência de bens de estabelecimentos de ensino técnico para a iniciativa privada, o que viria comprometer ainda mais o esquecido ensino técnico agrícola.

Outra conquista foi a inclusão da nossa Associação no corpo do Conselho de Planejamento da SUEPRO.

III - ESBEA

III - ENCONTRO SULBRASILEIRO DE
ENSINO AGRÍCOLA
XIII - ENCONTRO ESTADUAL DE
ENSINO AGRÍCOLA

TEMAS

- * Ensino Agrícola no atual contexto da política brasileira
- * Agricultura, Ambiente e Filosofia

OFICINAS:

- Biofertilizantes
- Floricultura
- Plantio Direto
- Profissionalização de agricultores e a integração com as escolas

LOCAL

Escola Agrícola Bom Pastor
Estrada RS 235, Km 14
Caixa Postal 81
CEP 95150-970 - Nova Petrópolis - RS
Fones: (054) 281-1195 Ramal 13 ou 47
(054) 921-2101 Fax (054) 281-2398

DATA

07 a 09 de maio 1998.

PROMOÇÃO

AGPTEA

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES
TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

APOIO

ESCOLA AGRÍCOLA BOM PASTOR

100 anos de Ensino Comunitário

CBPEA

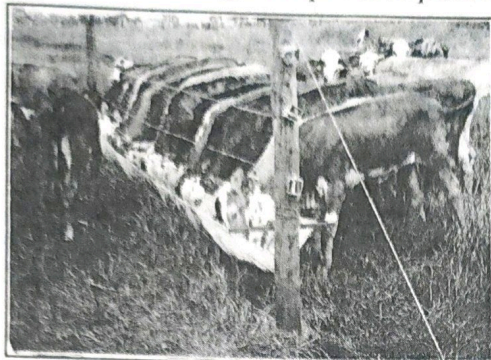
INFORMAÇÕES: AGPTEA - (051) 225-5748 - AV. DES. ANDRÉ DA ROCHA, 181/203 - POA/RS - CEP 90050-161

AGROPECUÁRIA

Mosca-do-chifre ataca gado gaúcho

/Pesquisa conclui que animais gordo perdem peso devido ao estresse

Vilson Arruda F^o



/Ataque do inseto reduz índice de prenhez do rebanho

O ataque da mosca afeta a reprodução, uma vez que prejudica a espermatogênese (formação de espermatozoides). As experiências também constataram que os touros, em serviço de monta, devem ser mantidos com o mínimo de moscas, caso contrário haverá redução na prenhez em cerca de até 26%.

O pesquisador Fran-

cisco Alves Branco, da Embrapa, localizada na cidade gaúcha de Bagé, lembrou que a mosca é uma hematófaga (alimenta-se de sangue) e em vista disso tem ação excitativa atacando principalmente os bovinos, mas também eqüinos, suínos, ovinos, caninos e o próprio homem. Os técnicos da Embrapa estão concluindo um tra-

balho, até junho deste ano, onde aponta perdas econômicas no peso e na produção leiteira, uma vez que as pesquisas mostram que a irritação causa estresse nos animais hospedeiros.

A mosca-do-chifre é originária da França, chegou a América pelos EUA há mais de 100 anos. Ingressou no Brasil pelo estado de Roraima e chegou no Rio Grande do Sul em 1991, diagnosticado pela SAA na cidade de Coronel Bicaco, interior do estado.

Devido ao clima, o RS tem a vantagem da infestação ocorrer em maior grau na primavera e verão, reduzindo a proliferação das moscas no mês de maio e chegando a quase zero no inverno, quando diminui a reprodução destes insetos.



Retirar o couro sem esfola aumenta o preço

Couro bovino: tesouro curtido

A pele do boi nunca deu tanto dinheiro ao Brasil. Mas poderia dar ainda mais, se o país cuidasse melhor da matéria-prima. A indústria do couro já exporta mais que o setor de carnes. A receita brasileira obtida com o couro em 1996 foi de 630 milhões de dólares, enquanto o setor de carnes faturou menos 420 milhões de dólares no período.

O couro, como de resto todo o boi, oferece um número cada vez maior de subprodutos explorados pelos curtumes que não precisa avanços técnicos para maximizar o aproveitamento do animal. A pele bovina compõe-se basicamente de três camadas: a flor, de onde são eliminados os pêlos e constitui a parte nobre do couro utilizada na fabricação dos calçados; a vaqueta, utilizada em artigos finos como forrações, bolsas e casacos; a raspa que nada mais é do que o colágeno, um tecido altamente protéico (86% de proteína), que segura os músculos e a gordura e é utilizado na formulação de gelatinas, cervejas, iogurtes, balas, cosméticos, cremes, chicles, além de ossos e brinquedos comestíveis para cães.

Em vista da rentabilidade os produtores devem estar atentos para o setor. O couro brasileiro é cotado a 70 centavos de dólar por quilo (ainda verde), contra quase o dobro nos EUA (1,30 dólar). Os pecuaristas reclamam da baixa remuneração obtida com o couro, razão pela qual não investem em qualidade do produto. Apesar disso, os administradores das fazendas devem estar atentos para este rendoso investimento.

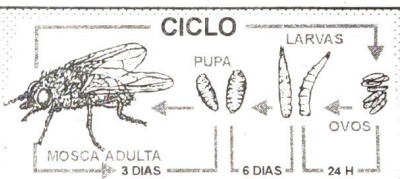
Formas de controle do parasita

Devido a intensidade da disseminação e os altos níveis de infestação da mosca-do-chifre é indispensável o seu controle. Os técnicos da Secretaria Estadual da Agricultura recomendam fazer o controle primeiro nos animais mais infestados, com cerca de 600 a 800 moscas, o que normalmente representa de 6 a 10% do rebanho. Geralmente o combate tem sido feito com produtos químicos, mosquicidas, aplicados diretamente sobre os animais. Os mais utilizados são a base de piretróides, que também são carrapaticidas. Eles são aplicados no banho de imersão, onde são aplica-

dos os carrapaticidas, mas sempre obedecendo a dosagem do carrapaticida, pois a dosagem de controle da mosca-do-chifre é menor e a sub-dosagem do piretróide provoca resistência do carrapato.

Também ocorrem os sistemas *pour-on* (produto aplicado sobre o dorso do animal) e a pulverização em todo o corpo do bovino apresentando resultados satisfatórios.

Outra forma de atacar a mosca-do-chifre é o controle biológico. O método foi desenvolvido com pioneirismo pela Embrapa de Campo Grande, através do besouro africano, *Onthophagus gazela*.

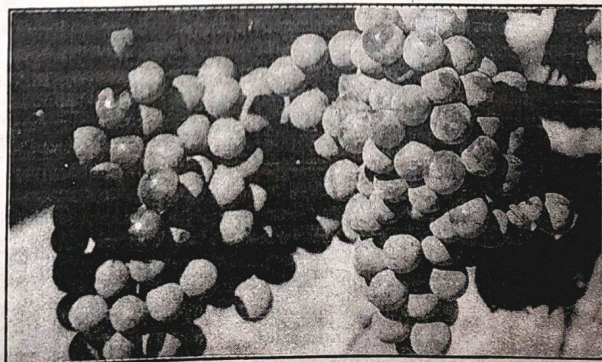


Resumo esquemático da mosca-do-chifre em ação

Posição sobre o animal	sempre com a cabeça voltada para o solo
Localização sobre o animal	principalmente na região da cabeça, cupim e pescoço
Hábitos alimentares	sangue (hematófaga)
Espécies atingidas	principalmente bovinos; ocasionalmente eqüinos, ovinos, cães
Tamanho	2 a 3mm de comprimento
Hábitos	permanecem as 24 horas do dia sobre o corpo do animal

Uva niágara: aconselhável para o pomar caseiro

O engenheiro agrônomo Takanoli Tokunaga indica como melhor opção para cultivar parreiras de uvas para consumo doméstico a variedade niágara devido às suas características de rusticidade e menor suscetibilidade a doenças. Segundo ele, o clima ideal para o cultivo é um outono seco, inverno frio e chuvas com início na primavera. A seca provoca uma baixa no metabolismo com a consequente perda de folhas. Esse período conhecido como dormência, é quebrado com o efeito de 30 dias de frio. Em regiões onde há ocorrência de geadas, é preciso estar atento para usar plantas com períodos de brotação mais tardios para evitar a queima dos brotos.



lar o pomar deve ser ventilado e ensolarado, não podendo em hipótese alguma estar à sombra. Para este tipo peculiar de pomar é bom fixar um espaçamento de 4 metros

entre as plantas e entre as linhas. As covas, preparadas com antecedência, devem ter 60 centímetros de boca e de profundidade. Os primeiros 30cm retirados da cova

são reservados para a mistura com o adubo, que será posta no fundo do buraco. A mistura deve ser feita com esterco bem curtido e adubos minerais conforme análise de solo. Depois coloca-se toda a terra dentro do buraco, e após um descanso de 40 dias o centro da cova é reaberto para o plantio de mudas em estacas ou enxertos medindo cerca de 60 a 80 cm. As mudas não podem ser enterradas além da marca da altura em que tinham terra no saquinho e nem ficar menos de duas gemas fora da terra.

As mudas devem ser irrigadas com cerca de 30 litros de água por dia. A poda é realizada durante o inverno nos ramos formados no último ano na altura da segunda gema. Depois da brotação,

o ramo é amarrado aos 20 cm para dirigir o crescimento, evitando que os galhos fiquem amontoados. O sistema de condução mais usado é o caramanchão com uma altura de 2,20 metros para facilitar o manejo.

O principal problema das parreiras é o ataque dos fungos, que provocam queda de flores, frutos e o escurecimento dos grãos após os cachos formados. O controle é feito com aplicação de fungicidas à base de cobre, em número de sete pulverizações ao ano, iniciando antes das flores se abrirem. O cal passado no tronco absorve a umidade e ajuda no controle.

Normalmente a videira produz no segundo ano e, estará em plena capacidade no terceiro.

DEBATES PEDAGÓGICOS

III ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

XIII ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA

ESCOLA AGRÍCOLA BOM PASTOR - NOVA PETRÓPOLIS - RS

07 à 09 de maio de 1998

PROGRAMAÇÃO:

07/05 - QUINTA-FEIRA

8h às 10h - recepção e inscrição

10h - solenidade de abertura

12h - almoço

14h - Painel da Escola Bom Pastor

15h - Painel: Modulação Como Princípio Curricular

Painelistas: Claudiomar Silva Santos

Osmar Pereira - Representantes do

Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

16h - Painel: Superintendência do Ensino Agrícola do Rio Grande do Sul

Painelista: Zeli Isabel Ambros

Debatedores: Prof. Vilson Arruda e

Prof. Antônio Hélio Ilha.

17h - Visita a Escola Agrícola Bom Pastor

20h - Janta

08/05 - SEXTA-FEIRA

8h - Oficinas

- Biofertilizantes: Engenheiro Agrônomo Delvino Magro (criador do biofertilizante super magro)

- Floricultura: Produção e Comercialização -

Marco Antônio Backes

da Floricultura Ursula

- Plantio Direto: Engenheiro Agrônomo Antônio Berton

- Profissionalização de Agricultores e a Integração com as Escolas Agrícolas: Engenheiro Agrônomo Arnaldo José Basso.

10h - Continuação das Oficinas.

12h - Almoço

14h - Palestra: Filosofia-Agricultura-Campo e Cidade

Palestrante: Dr. Valdemar Boff - Rio de Janeiro.

16h - Palestra: Avaliação e Recuperação Escolar

Palestrante: Professora Terezinha G. Azzolin

19h e 30 min. Janta

21h. Atividades Artísticas

09/05 - SÁBADO

8h - Assembléia Ordinária da AGPTEA -

Eleição de Mandato Tampão

9h- Avaliação do Encontro e apresentação de sugestões, propostas a serem encaminhadas para as Autoridades Competentes.

12h - Almoço Festivo

14h - Passeio Turístico

19h- Janta de Encerramento

21h - Confraternização no Baile da Cuca e Lingüiça na Sociedade Concórdia de Linha Imperial.

Inscrições

Sócio: R\$ 10,00 (dez reais)

Não sócios: R\$ 50,00 (trinta e cinco reais)

Estudante: R\$ 10,00 (dez reais)

DIÁRIA:

Com Café da manhã, almoço e janta R\$ 10,00.

HOSPEDAGEM:

Será gratuita na Escola.

Masculino e feminino

Levar roupa de cama/ cobertor

Disponibilidade de 180 vagas - Reservar com antecedência.

TEMPERATURA:

Nesta época do ano, amena, variando entre 20° a 25°, podendo fazer um pouco de frio.

RESERVAS:

Para sua comodidade e nossa organização, solicitamos a gentileza de fazer as reservas através de fichas de inscrição ou pelo fone (054) 281.1195 ou (054) 981.2101.

ÔNIBUS:

Comprar passagem até Linha Brasil - Empresa de ônibus Citral.

Porto Alegre - Escola Bom Pastor.

Pegar na Rodoviária de Porto Alegre - De hora-em-hora, a partir das 6h30min.

PASSAGEM:

Valor da passagem R\$ 4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos).

Distância - 110 km.

Tempo de viagem 2h30min.



O presidente da AGPTEA, Antônio Ilha, acompanhado do seu vice-presidente Nedi Jacondino visita a Diretora da Escola Bom Pastor, Ladi Senger, que garantiu a realização do Encontro, em Nova Petrópolis.

Os professores Jacondino e Vilson Arruda Filho, representando a AGPTEA acertam os detalhes da organização do evento com a diretora Ladi Senger. Ela salientou na reunião que os 100 anos da Escola Bom Pastor será marcado com este grande Sulbrasileiro.

